

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.073 - RN (2019/0044123-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : LUZILEIA DE OLIVEIRA FERREIRA
RECORRENTE : MARIA LUZINEIDE VARELA DE SOUZA
ADVOGADO : WALQUIRIA VIDAL RIBEIRO - RN010453
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **LUZILEIA DE OLIVEIRA FERREIRA E OUTRA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-INTÉRPRETE/TRADUTOR DE LIBRAS. PRETENDIDA NOMEAÇÃO E POSSE. INVIABILIDADE. CARGOS INEXISTENTES. IMPERIOSA CRIAÇÃO ATRAVÉS DE LEI. CANDIDATOS APROVADOS FORA DO NÚMERO DE VAGAS. mera EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO. PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELO STF EM REPERCUSSÃO GERAL, NO JULGAMENTO DO RE 837.311. CERTAME COM PRAZO DE VALIDADE AINDA EM CURSO. PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E MOTIVADA NÃO COMPROVADA NOS AUTOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. SEGURANÇA DENEGADA.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese que a Administração Pública fica vinculada ao provimento das vagas indicadas em edital de concurso público, havendo necessidade presumida de agentes públicos para o desempenho das funções.

Sustenta-se que as atividades administrativas comuns não podem justificar a contratação temporária de servidores, afirmando-se, ademais, que "a discricionariedade dos atos administrativos encontra limites na relação de pertinência lógica entre os motivos do ato e a sua finalidade almejada, não podendo a administração executá-lo em sentido

diverso do que dispõe o seu comando", devendo existir "uma congruência entre o motivo e o resultado final" (fls. 370/371e).

Sem contrarrazões, subiram os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal se manifestou às fls. 397/410e.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso.

No caso, o tribunal de origem denegou a ordem sob o fundamento de que há discricionariedade quanto ao melhor momento para nomeação de candidatos aprovados, dentro do prazo de validade do certame, consoante os seguintes excertos:

Não bastassem estas circunstâncias, o certame se encontra dentro do prazo de validade, uma vez que foi prorrogado até 2020, conforme Diário Oficial, que evidencio:

(...)

Circunstância indicativa de que o direito invocado ainda não se perfectibilizou, em face da discricionariedade da administração quanto ao momento de nomeação dos aprovados dentro da validade do certame, consoante decidido em sede de Repercussão Geral pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Destaco:

(...).

Nesse contexto, observo que o acórdão recorrido está em consonância com a orientação firmada nesta Corte, segundo a qual, enquanto não expirado o prazo de validade do concurso público, o candidato aprovado, ainda que dentro do número de vagas, possui mera expectativa de direito à nomeação, dependente do juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, como espelham os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO OMISSIVO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO MPOG PARA PROVIMENTO DAS VAGAS. PRETERIÇÃO POR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA OS CARGOS DO CONCURSO. NÃO COMPROVAÇÃO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO AINDA NÃO EXPIRADO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. A alegada preterição não foi devidamente comprovada nos autos, principalmente no que diz respeito à contratação temporária de pessoal para o exercício de atividades típicas e inerentes do cargo almejado.

2. Enquanto não expirado o prazo de validade do concurso público, o candidato aprovado, ainda que dentro do número de vagas, possui mera expectativa de direito à nomeação, que dependerá do juízo de conveniência e oportunidade da administração pública. Precedentes: RMS 33.925/ES, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 02/02/2012; RMS 32.574/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 13/09/2011, AgRg no RMS 33.951/PA, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/09/2011.

3. Mandado de segurança denegado.

(MS 18.623/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/11/2013, DJe 02/04/2014).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. PRAZO DE VALIDADE NÃO EXPIRADO. EXPECTATIVA DE DIREITO.

1. Trata-se de Mandado de Segurança no qual a impetrante alega ter sido aprovada dentro do número de vagas em concurso para provimento de cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, sem a respectiva nomeação.

2. Enquanto não expirado o prazo de validade do concurso público, o candidato aprovado dentro do número de vagas possui mera expectativa de direito à nomeação, a ser concretizado conforme juízo de conveniência e oportunidade.

3. Segurança denegada.

(MS 18.717/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 05/06/2013).

Na espécie, extrai-se que o concurso teve a validade prorrogada até 09.03.2020, nos termos do Decreto Estadual n. 27.690/18 (fls. 319/320e), cabendo à Administração Pública a escolha do melhor momento para nomear os candidatos, observada a ordem de classificação.

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora